

• Política

LEGISLATIVO

Sarney estreará medida provisória com novo piso nacional de salários

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O líder em exercício do PFL, deputado Inocêncio Oliveira (PE), afirmou ontem que o novo salário mínimo deverá ser fixado pelo governo, por meio de uma medida provisória com força de lei, já que o Congresso não votará a matéria até o dia 22 de novembro próximo. Frustrado o esforço concentrado desta semana, os líderes partidários na Câmara decidiram formar três comissões para: fixar a pauta de votações do esforço concentrado que começa em 22 de novembro; apresentar um projeto de lei tratando do salário mínimo e do piso nacional de salários, e definir os vencimentos dos parlamentares e do Poder Judiciário.

A formação das comissões foi definida pelos líderes, depois de uma sessão do Congresso em que não foi possível realizar nenhuma votação, por falta de quórum. Era necessária a presença de 244 parlamentares no Congresso, mas a lista de presenças acusava apenas 227 assinaturas. A proposta das comissões foi feita pelo deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP). Elas serão compostas por um representante de cada partido e se reunirão nos dias 26 deste mês, 3 e 17 de novembro. Quando o Congresso voltar a se reunir, em 22 de novembro, as comissões deverão ter concluído seu trabalho. Paralelamente, a comissão que elaborará o anteprojeto de regimento interno para a Câmara também deverá estar com a matéria pronta.

A necessidade de o Congresso definir o salário mínimo e piso nacional de salários até o dia 1º de novembro foi levantada pelo deputado Paulo Paim (PT-RS). "Se não fizermos no mínimo uma proposta provisória, o Ministério do Trabalho vai enviar para cá uma medida provisória", afirmou. Segundo ele, o governo não tem como calcular o novo salário mínimo, levando em conta os novos itens constitucionais.

A edição de outra medida provisória com força de lei, atribuindo à Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) a fixação da piracema nas regiões brasileiras, também seria sugerida a Ulysses Guimarães pelos líderes, já que não houve número para votar a matéria. Foi adiada ainda a votação de outra matéria polêmica: a fixação dos vencimentos dos parlamentares.

Por falta de quórum, o projeto do deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que divide a remuneração dos parlamentares em subsídio (CZ\$ 1,5 milhão) e representação mensal (CZ\$ 1 milhão), e sobre a qual incidirá o Imposto de Renda, não foi lido na sessão de ontem